

Questão Social e Políticas Sociais em Debate

Lúcia Cortes da Costa¹

Resumo: Neste artigo se propõe uma análise sobre a questão social e suas implicações na sociedade atual. A partir de um enfoque histórico discute a relação entre a questão social, cidadania e a emergência das políticas sociais. Discute a controvérsia atual entre a focalização e universalização das políticas sociais no Brasil.

Palavras-chave: Questão social; política social; cidadania.

1. Questão social: conceito e transformações históricas

Para iniciar nossa reflexão vamos retomar alguns pontos centrais na discussão sobre a questão social que já tem um grau de consenso entre os pesquisadores sociais. Primeiro ponto de consenso é a emergência do fenômeno denominado como questão social no desenvolvimento da sociedade capitalista. A questão social como problema relacionado às condições de vida do proletariado urbano emerge no século XIX, na Europa, com o processo de industrialização. Este fenômeno social traduziu para a esfera pública as demandas por melhorias das condições de vida dos trabalhadores assalariados. Este é o segundo ponto de consenso, a questão social está intimamente relacionada ao assalariamento da força de trabalho. Dada a dominação política e econômica dos burgueses na sociedade européia do século XIX, a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores se tornou uma luta por poder político, forjando a expansão dos direitos políticos como forma de alcançar os direitos sociais. Este

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo, docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa no curso de graduação em Serviço Social e no mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

é o terceiro ponto de consenso, a questão social expressa uma correlação de forças sociais que se traduz numa disputa por poder político, busca inserir na agenda do Estado os interesses das classes trabalhadoras.

Assim, a questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução dos salários, afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. A insegurança e os riscos sociais são inerentes à questão social. O conflito social se traduz em conflito político, expresso na atuação do Estado em cada contexto histórico.

A concepção de Estado que orienta nossa análise o coloca como um campo de forças, onde o conflito que surge na sociedade civil dá a dinâmica de sua atuação, definindo suas funções e seu papel em cada contexto histórico. O Estado não é um árbitro neutro, o caráter de classe perpassa toda a dinâmica da esfera pública, sua função central dentro da sociedade capitalista é criar as condições necessárias para o desenvolvimento da economia de mercado. No entanto, o Estado do século XXI não é apenas o comitê da burguesia, há na dinâmica política pólos de tensão, onde as classes sociais buscam colocar seus interesses.

A dinâmica social moderna é perpassada pela contradição entre interesses privados e interesses coletivos. Na sociedade capitalista o interesse privado não coincide com o interesse coletivo. Devido à lógica de concorrência que estrutura as relações capitalistas, dentro de uma mesma classe os interesses colidem trazendo maior complexidade à dinâmica das lutas políticas.

Após apontarmos os pontos de consenso nas análises sobre a questão social, devemos agora analisar as controvérsias que surgem quando se coloca em questão a possibilidade de solução dos conflitos sociais. Dois argumentos centrais se colocam no debate político desde o século XIX. Do ponto de vista liberal, a questão social é um fenômeno natural do

desenvolvimento da sociedade. Considerando as diferentes capacidades e aptidões dos indivíduos, a desigualdade surge em decorrência do sistema de méritos sociais. A desigualdade não é apenas justa como também desejável, pois estimula o desenvolvimento individual e coletivo. Cada um fazendo o melhor por si mesmo ajuda a melhorar a sociedade como um todo. Esta é a máxima liberal atribuída a Adam Smith, onde o egoísmo individual leva ao bem estar coletivo.

De outro lado temos a crítica socialista a questão social, vista como expressão da dominação burguesa. Para Marx² a racionalidade operante na firma individual, a busca de maximizar o interesse individual leva a irracionalidade geral do sistema produtor de mercadorias. Ao buscar maximizar a taxa de lucros, cada firma se comporta reduzindo seus custos, elevando a produtividade do trabalho na busca de expandir sua participação no mercado. A concorrência abre o conflito entre os agentes privados onde a classe trabalhadora é exposta a níveis elevados de exploração. No contexto onde há recessão na economia cresce o risco de desemprego e o rebaixamento dos salários. Quando há expansão da atividade produtiva ocorre a intensificação do trabalho e a concorrência entre os trabalhadores na busca de ocupar os melhores postos de trabalho. Para Marx a questão social é insolúvel na ordem do capital.

Ao afirmar que a questão social é inerente ao desenvolvimento da sociedade capitalista, não podemos supor que suas expressões atuais são as mesmas do século XIX. A dinâmica da sociedade capitalista do século XXI é qualitativamente diferente daquela analisada por Marx.

A sociedade ainda é dividida em classes sociais, no entanto, a identificação dos indivíduos dentro da sociedade não é imediatamente dada pela sua condição de classe. Com o processo de individualização ocorrido na modernidade, novos fatores interferem na formação da consciência coletiva dentro da complexa sociedade de mercado.

² Especialmente na obra *O Capital* (1867).

Conforme Elias (1994) o aumento da interdependência dentro da sociedade atual leva ao processo de individualização. Ao mesmo tempo em que se modernizam as relações sociais, superando o poder dos grupos tradicionais na definição da personalidade do indivíduo, há um tensionamento entre a busca de individualização e a necessidade de pertencimento. Ser diferente e ser igual é o dilema do indivíduo dentro da dinâmica social moderna. Ter autonomia e estilo próprio de vida e pertencer ao grupo, emergir da massa e inserir-se no coletivo fazem parte dos desejos do homem moderno. Neste contexto emerge tanto as relações tribais (as igrejas, o fundamentalismo, a tribo) como o egoísmo individual e a solidão do indivíduo no mundo. Isolado na multidão o indivíduo se sente esmagado pela dinâmica do mundo moderno.

Recriar os vínculos surge como necessidade de pertencimento num mundo onde tudo se transforma. Conforme Marx (2000), tudo que é sólido se desmancha no ar, como Rousseau, tudo é absurdo, mas todos se acostumam com tudo. Conforme Giddens (1991) a reflexividade é a marca da sociedade moderna em que ocorre o desencaixe tempo e espaço. A supressão do tempo anula as diferenças do lugar, o espaço é o mundo, a pressa é a regra e a inovação sua obsessão. A destradicionalização da vida moderna afeta o sistema de referências dos indivíduos, incidindo também na tradição das organizações criadas a partir da classe.

A classe é apenas um dos elementos definidores da consciência dos indivíduos. Embora sua centralidade na esfera da estrutura das relações sociais ainda seja decisiva, ela não assume essa mesma centralidade na formação da personalidade do sujeito. Não me penso imediatamente a partir da minha situação de classe. Não organizo minhas referências de valores e de anseios a partir da classe e de seus organismos de representação, tais como o sindicato, a fábrica e os partidos trabalhistas.

Os conflitos oriundos da divisão da sociedade em classes persistem, embora num contexto de maior complexidade das demandas sociais, eles convivem com temas emergentes,

conforme coloca a análise da diversidade humana. Os homens não se dividem apenas em classes, mas também entre homo e heterossexuais, entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre brancos, negros e amarelos. Assim, chamamos a atenção para o conjunto de demandas colocadas na sociedade atual que se articula com as demandas tradicionais dadas pela situação de exploração do trabalho pelo capital.

A análise marxista é determinante para a compreensão da sociedade capitalista, porém insuficiente para analisar toda a complexidade das demandas sociais no atual contexto histórico. O mundo no século XXI é mais complexo, o número de habitantes do planeta é maior, a vida humana nunca foi tão longa, o volume de produção e a dinâmica tecnológica nunca foram tão intensos, a vida humana nunca foi tão interdependente embora o homem nunca tenha sentido tamanho isolamento.

Embora a brilhante análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria seja essencial para compreender a dinâmica do mercado capitalista e da reificação das relações sociais, há elementos que não foram abordados pela sua análise, tais como os impactos ambientais da ação humana no planeta, o risco da guerra biológica e nuclear, o fundamentalismo, a indústria bélica, o terrorismo e a generalização do crime organizado e do crime de massa, as drogas e seu impacto na vida social, etc. Podemos citar o próprio Marx (1983) para defender nossa argumentação, pois conforme seu texto de 1857, os problemas humanos são históricos, assim como também o são as suas soluções.

É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-à que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (1983,p.25).

Dentro do contexto de um mundo dividido entre ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, países centrais e periféricos, emergem novos conflitos sociais que exigem a atuação do

Estado. Podemos dizer que a formulação das políticas sociais nunca foi tão importante para a vida social como no momento atual. Pensar a dinâmica social e dar respostas aos seus problemas exige capacidade de atuação do Estado através das políticas sociais.

O Brasil enfrenta o desafio de encontrar mecanismos de atender as demandas sociais num contexto onde as políticas sociais são questionadas sob o ponto de vista da sua efetividade. A polêmica atual no debate sobre o papel do Estado se coloca sob duas perspectivas, de um lado a luta pela ampliação do conceito de cidadania vinculado a exigência da democracia substantiva (que vai além da esfera da escolha política e da formalização dos direitos) e da atuação do Estado na operacionalização dos serviços sociais; de outro, a busca de reduzir o poder de regulação do Estado na vida social ampliando o espaço para o mercado, inclusive na oferta de serviços sociais. O cidadão reduzido à cliente num mercado onde, para certos grupos, o acesso se dá a partir de subsídios dos fundos públicos. O poder de Estado seria de coordenação e regulação, mas não de oferta ou prestação direta dos serviços. Nesta vertente se colocou a proposta de Bresser Pereira (1996) sobre a reforma do Estado no Brasil.

Desta polêmica sobre o papel do Estado nas políticas sociais decorre outra questão: o acesso aos serviços e programas sociais deve ser universalizado ou focalizado? No Brasil o grave quadro social num contexto de restrições orçamentárias coloca o conflito entre atender a todos indistintamente ou priorizar os segmentos mais pobres. Esta é uma questão central no debate atual sobre as políticas sociais no Brasil e sua relação com as expressões da questão social. Quem é sujeito de direitos não é apenas o indivíduo em condição de pobreza, mas o cidadão por que é parte do povo brasileiro e tem sua cidadania como garantia jurídica de pertencimento ao Estado nacional. Ao focalizar o atendimento nos segmentos mais pobres não se concretiza a promessa democrática de relacionar direitos à cidadania, a reduz a um sistema meritocrático e fragmentado.

As políticas sociais estão inseridas num contexto onde a problemática social é mais complexa, exigindo criatividade e inovação na formulação e desenho dos serviços, programas e ações para poder dar respostas efetivas frente às demandas tradicionais e as emergentes e ainda enfrentar o debate político no que se refere ao acesso universal ou focalizado.

2. Políticas Sociais e cidadania: o pacto democrático

Podemos analisar que a década de 1980 no Brasil, foi marcada pela emergência do anseio democrático, pela mobilização de diferentes segmentos da sociedade civil e pela luta por direitos (sociais, políticos e civis) contra a ditadura. Segmentos da sociedade civil, a partir das experiências de conselhos comunitários, associações e sindicatos, propuseram uma inovação na prática política do país ao reclamar o direito à participação na gestão das políticas públicas. A cidadania foi concebida como o direito a ter direitos e reclamar pela sua efetividade.

Após a consagração constitucional do direito à participação popular e da descentralização político-administrativa, a sociedade civil passou a compor os conselhos deliberativos das políticas sociais, em espaços paritários com o poder público. Iniciou-se no país o desafio de transformar as experiências de participação popular nos conselhos comunitários em ações propositivas junto aos conselhos paritários e deliberativos. Os espaços públicos foram alargados, conforme Raichelis (1998, p.37):

A Constituição de 1988, ao reafirmar a legalidade dos condutos clássicos da democracia representativa, abriu novas possibilidades de exercício da democracia participativa por meio dos instrumentos que integram aquilo que Benevides (1990) denominou de cidadania ativa.

As expectativas democráticas passaram a conviver com o ajuste estrutural da economia e com as limitações dos gastos públicos, além da necessidade de preparo dos conselheiros e

gestores para a prática da gestão democrática e participativa. A divisão de poder entre as esferas de governo transformou o município em ente federado, dando força para o processo de municipalização das políticas sociais, sem, no entanto rever a concentração dos recursos fiscais na esfera federal.

Apesar de o pacto federativo prever a co-responsabilidade da União, Estados e Municípios, o fato é que a partir da década de 1990 o município passou a ser o principal responsável pela oferta dos serviços sociais (saúde, educação, assistência social), o que ampliou a complexidade da gestão das políticas sociais no nível local.

Assim, o município teve que criar uma série de mecanismos para efetivar as exigências constitucionais referentes à gestão democrática e participativa das políticas sociais. Surgiram os Conselhos de Políticas Públicas na área da criança e do adolescente, da Assistência Social, do idoso, da Educação, do desenvolvimento urbano, etc.

A democracia participativa enfrenta o desafio da histórica apropriação do Estado pelas elites locais e pela ausência de tradição na prestação de contas ao cidadão dos atos do poder público. A privatização do Estado e o clientelismo criaram uma cultura política centrada no mando e não no direito. Estas práticas tradicionais passaram a ser contestadas devido a exigência legal da participação popular, embora no plano da efetividade, os Conselhos ainda estejam aprendendo a ser deliberativos.

As políticas sociais podem ser mecanismos eficientes para a democratização do acesso a bens e serviços para a população e também atuam como condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social. Conforme Pochmann (2005, p.25):

Nas sociedades democráticas, os serviços e equipamentos públicos tornaram-se essenciais para conceder igual oportunidade a todos, uma vez que sem isso, somente parte reduzida da população tem condições de desenvolver plenamente suas aptidões.

Avançar na construção de um patamar de igualdade social no Brasil exige a realização da promessa emancipatória da universalização dos direitos (civis, políticos, sociais). A questão da desigualdade social aponta para sérios desafios, pois ao lado do discurso reformista liberal que buscou reduzir a responsabilidade do Estado na área social, surge no Brasil um debate centrado na defesa da focalização das políticas sociais para os "realmente pobres"³.

O discurso da equidade que reduz os problemas sociais a uma questão entre ricos e pobres, buscando mecanismos para "medir" a pobreza, na medida em que despolitiza as relações sociais e o debate sobre a reprodução do capital, esvazia o conteúdo revolucionário da democracia. A bem intencionada proposta de se "adotar uma clara opção pelos mais pobres" (Barros e Carvalho. 2003,p.I) retira o potencial universalizador dos direitos da cidadania.

Na medida em que se estabelece o debate sobre quem são "os realmente pobres", se coloca as políticas sociais voltadas para o passado, com medidas compensatórias e focalizadas, sem ampliar as possibilidades de construção de mecanismos efetivos de integração social e sem atender as demandas emergentes de uma sociedade mais complexa e desigual.

É fundamental o Brasil se pensar, centrado numa visão de futuro, que sociedade quer ser. As políticas sociais devem ofertar serviços para os cidadãos, a educação pública deve ser para o cidadão e não para o pobre!!! No entanto, considerando a gravidade do quadro social é necessário articular mecanismos voltados para os segmentos mais empobrecidos, com medidas emergenciais de transferência de renda, articulados a ampliação da capacidade de atendimento das políticas sociais básicas, especialmente educação, saúde, assistência social e previdência social.

³ Expressão usada no texto para discussão n° 985, do IPEA. "Desafios para a política social brasileira". Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho. Rio de Janeiro, outubro de 2003. Disponível em www.ipea.gov.br

A Assistência Social como política de proteção social deve atuar de forma inter-setorial junto às demais políticas para garantir a inclusão nos serviços básicos e promover ações e serviços que garantam a efetividade dos direitos para os cidadãos em situação de risco social e vulnerabilidade.

Na busca de uma sociedade democrática cresce o debate sobre a necessidade de medidas voltadas para reduzir o grau de desigualdade social⁴, pois esperar que apenas o crescimento econômico consiga reverter o quadro de pobreza que afeta parte da população do país se mostra pouco provável dado o baixo crescimento do PIB nos últimos anos.

A efetivação das políticas sociais exige uma mudança nas prioridades colocadas na agenda pública, o pacto democrático para ser efetivo deve considerar os interesses coletivos. A discussão sobre a apropriação dos fundos públicos e da efetivação de um pacto contributivo que permita a criação de canais de transferência de rendas afeta o centro do debate sobre o Estado.

Neste sentido a compreensão sobre os entraves colocados ao Brasil no cenário atual exige considerar duas dimensões: as possibilidades dadas no cenário externo e a articulação de forças políticas internas. A tarefa de alterar o grau de desigualdade social só pode ser levada adiante se os segmentos voltados para a transformação social forem capazes de articularem esforços no sentido do gerar um novo consenso.

Elaborar uma contra-hegemonia, conforme Gramsci, que afete o poder das elites locais e busque uma inserção do país no cenário internacional a partir de alianças favoráveis aos países em desenvolvimento. Este processo de construção de um projeto ético-político para a sociedade brasileira não se restringe à esfera

⁴ Para ilustrar indicamos o debate dentro do IPEA, ver Texto para Discussão nº 984 "Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil" Marcelo Medeiros, Brasília, 2003. Texto para Discussão nº 971. Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento". Ronaldo Coutinho Garcia, Brasília, 2003.

governamental, senão, nasce do debate forjado na sociedade civil. A articulação dos interesses nacionais numa agenda global voltada para o aprofundamento da democracia, exige uma sociedade civil mais politizada e pluralista. Nesta tarefa cabe papel importante para a formulação de uma interpretação teórico-crítica da realidade social, capaz de confrontar as "verdades" divulgadas pelos ideólogos do mercado, que subverta as certezas do "ajuste econômico", advogando pela urgência do "ajuste social".

A emancipação humana só pode ser realizada como uma tarefa coletiva. Assim como o capitalismo criou as bases materiais necessárias para a construção da história universal, já que expandiu sua lógica para o mundo, o movimento revolucionário deve apropriar-se dessa base material para expandir uma nova racionalidade, centrada na defesa dos interesses humanos e não na lógica da reprodução ampliada do capital.

Como trabalhar essa tarefa histórica no Brasil? Acreditamos que a radicalização da democracia, na medida em que confronta a lógica da subalternidade e reivindica a efetiva participação do cidadão na vida social, é um caminho para a luta revolucionária. Pensar na luta revolucionária exige considerar que a história não acabou com o capitalismo, apenas tornou consciente a existência de suas contradições.

O futuro é um campo de possibilidades, inclui inclusive a possibilidade da barbárie, da cronificação das desigualdades e do terror, porém é essencialmente o espaço para a construção de um novo patamar de civilização onde nenhum ser humano seja usado como instrumento. O pensamento revolucionário acredita na possibilidade de estabelecer uma relação ético-moral que considere a diversidade das expressões humanas e a universalidade do gênero humano, realizando as promessas iluministas.

O Brasil demonstrou na sua história recente um grande dinamismo, fomos capazes de mudar a estrutura produtiva e o conjunto das condições sociais em 50 anos (1930-80), lutamos

contra uma ditadura militar e estamos construindo novas formas de participação social que alargam o espaço público, assim, não podemos permanecer com as graves desigualdades sociais, sob pena de regressão no pacto democrático. A trajetória que se coloca como perspectiva para o futuro não é reproduzir o passado, mas construir uma nova sociedade, plural e igualitária. Nas palavras de Rousseau, devemos ser forçados a ser livres!

3. O Serviço Social e a defesa pela democracia

Com o presente texto buscamos elencar algumas das questões que perpassam o debate dentro do Serviço Social. A questão da democracia, a cidadania e as possibilidades da emancipação humana são temas recorrentes dentro do Serviço Social e orienta o projeto ético-político da categoria, expresso no Código de Ética Profissional. A busca de conhecer a realidade social, com ênfase na particularidade da sociedade brasileira consta nas diretrizes curriculares da ABEPSS, no sentido de ampliar a pesquisa e o debate acadêmico, fomentando novas práticas sociais e profissionais que sejam capazes de ampliar o protagonismo político dos segmentos populares.

A complexidade da sociedade atual exige um repensar constante do saber teórico que guia a reflexão, mantendo, no entanto, o eixo do projeto emancipador como guia para a razão crítica. A produção do conhecimento sobre a organização da vida social deve considerar o caráter político da ação humana, o homem é um ser dotado de razão e vontade, capaz de deliberar, de escolher caminhos; a realidade social tem um caráter dinâmico que articula tempo e espaço, perspectivas de passado, presente e futuro numa práxis histórica; existem limites objetivos à ação humana, as condições materiais são as bases para a construção das possibilidades de autonomia que se articula com as condições subjetivas, as escolhas dentro do quadro de possibilidades.

O Serviço Social enquanto sujeito coletivo tem uma história, marcada pelas suas contradições de origem e suas

escolhas de futuro. Nascido sob o signo da alienação, conforme Martinelli (1989) foi capaz de transpor os limites de sua consciência histórica, pactuar com o movimento progressista que carrega o germe do "novo" ainda que preso ao velho mundo. Assim, a categoria profissional atua com os movimentos voltados para a construção do pacto democrático no Brasil, com a ampliação da cidadania, militando por políticas sociais includentes.

No entanto, dentro da divisão sócio-técnica do trabalho o Serviço Social ainda tem sua atuação mediada pela oferta das políticas sociais, seus aparatos profissionais dependem dos aparatos institucionais, tornando sua prática profissional delimitada pelo conjunto de condições objetivas necessárias à garantia dos direitos dos cidadãos. Neste sentido, para o Serviço Social a luta pela efetividade das políticas sociais é também a luta pela efetividade das condições necessárias a sua prática/intervenção profissional.

O conjunto de habilidades e competências do Serviço Social, legalmente reconhecidas, foram ampliadas com a complexidade das questões que envolvem a gestão das políticas sociais e a gestão da vida moderna.

O indivíduo moderno tornou-se mais complexo, perpassado por um conjunto de necessidades que exige uma capacidade de apreensão da dinâmica moderna. Os conjuntos de demandas que se colocam ao Serviço Social incluem as necessidades geradas pela situação de pobreza e abandono de amplos segmentos sociais e as necessidades de autonomia, pela ampliação dos campos de possibilidades criados na vida moderna.

Assim, é um desafio para o Serviço Social incorporar na sua formação teórico-crítica e prático-operativa a compreensão das diferentes dimensões da questão social na complexa vida moderna. Pensar o conjunto de necessidades sociais que se colocam como campo potencial para a atuação profissional do serviço social exige um profissional mais refinado, capaz de compreender para além da brutalidade da pobreza, da exclusão

social, da violência, as possibilidades emancipatórias dos desejos e das escolhas significativas.

Democracia não é prática restrita aos sujeitos coletivos, ela interage com o singular, nas práticas cotidianas, onde o ser se expressa em sua concretude histórica. É na prática diária e reiterada da profissão que se coloca o desafio de contribuir para democratizar as relações sociais, interferindo na gestão das políticas, serviços e programas sociais, interagindo com os grupos de usuários e identificando suas demandas e os canais de sua expressão dentro da sociedade.

A produção do conhecimento pelo serviço social, busca avançar na compreensão da realidade social e de suas contradições, com um sentido ético-político voltado para contribuir na luta pela igualdade social, pela cidadania e pela radicalização da democracia. Conforme Yazbek (2001, p.33) "o debate acumulado no âmbito do Serviço Social situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade." Assim, compreender a lógica de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista e os impasses colocados pelos conflitos sociais, é uma tarefa inerente à profissão cujo campo de atuação se volta para as expressões da questão social.

Summary: In this article if it considers an analysis on the social problems and its implications in the current society. From a historical approach the relation between the social problems argues, citizenship and the emergency of the social politics. It argues the current controversy between the focalization or universalize of the social politics in Brazil.

Key words: Social problems; social politics; citizenship.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de, CARVALHO, Mirela de. *Desafios para a política social brasileira*. IPEA, texto para discussão n° 985. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em www.ipea.gov.br

BERMAN, Marhall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São paulo: Ed. 34, 1996.

COSTA, Lucia Cortes da. *Os impasses do Estado capitalista: uma análise da reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: UEPG, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

ELIAS, Norbet. *A sociedade de indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão social*. Vol. 5: agenda não liberal de inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social. Caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, Ano II, nº 3. Br